ADUNESP *in*FORMA

ADunesp
Seção Sindical do Andes - Sindicato Nacional

Jornal da Associação dos Docentes da Unesp - Seção Sindical do Andes - Nº 40 - Agosto 2004

Quem luta, conquista!

Greve mais forte e longa desde 1989 encosta os reitores e o governo na parede

Memória do movimento
Págs. 7 a 12

O CO e a truculência da atual gestão
Págs. 14 a 17

O exemplo dos estudantes
Pág. 13

A luta por mais verbas continua
Págs. 18 a 23

Não à reforma universitária
Pág. 24

Como ficou o índice

Os próximos passos da luta

Expansão, assistência estudantil e reforma universitária serão pauta de novas negociações
Págs. 3 a 6

Editorial

As conquistas e lições da greve

Quando começou a data-base 2004, com a entrega da pauta no dia 1º de abril, já era possível imaginar que a luta seria dura. Nada indicava que nossos reitores mudariam sua postura da noite para o dia. Até então, como bem mostra o exemplo da eleitoreira expansão de vagas, eles vinham se comportando como fiéis homens do governador dentro das universidades. E isso significava, na prática, impor a docentes, funcionários e estudantes a mesma política que os tucanos têm para os serviços públicos: sucateamento, arrocho salarial, corte de verbas etc etc. Também estava em questão – e ainda está – uma política de enfraquecimento do sindicalismo combativo, fator necessário para a implementação das reformas que o governo Lula (com o apoio entusiasmado do governo Alckmin) planeja para este segundo semestre: a sindical/trabalhista e a universitária. Esmorecer os sindicatos das universidades estaduais paulistas, nesse sentido, é ponto chave para a política neoliberal, pois estas instituições de ensino são a ponta de lança da educação superior pública no país.

Mas a comunidade acadêmica não se dobrou. Diante da intransigência dos reitores, que insistiam no zero de reajuste mesmo diante das evidências de folga nos números, docentes e servidores protagonizaram a maior e mais forte greve desde o início da autonomia universitária, em 1989. A força e a resistência do movimento impeliram os reitores – os homens do governador – a recuar e sair do zero. Viram-se forçados a oferecer a reposição da inflação na data-base e a estabelecer uma política salarial para os próximos meses. É certo que estas conquistas estão aquém das nossas reivindicações, mas são inequívocos frutos da greve. Sem luta, teríamos amargado dois redondos zeros: na data-base e nos próximos meses.

A lição política maior do movimento de 2004 é a reafirmação da greve como instrumento legítimo de luta e de conquistas.

Se analisarmos os resultados da greve do ponto de vista político, os ganhos são mais evidentes. Docentes, servidores e estudantes conseguiram colocar as universidades públicas no centro das atenções da sociedade. Ocupamos a imprensa com nossas passeatas e manifestações, nossas denúncias e nossa resistência. A luta na Assembléia Legislativa, pelo aumento de verbas para as universidades e o Centro Paula Souza, foi colocada pelo Fórum das Seis e pela Adunesp, desde o início da greve, como fundamental. Isso porque as dificuldades orçamentárias das universidades estaduais são conhecidas de todos. Infelizmente, nossos reitores não se somaram a esta luta. Ao contrário, de camarote, deram-se ao luxo de criticar as legítimas e justas ações da comunidade, que compareceu em peso à Alesp nos dias de discussão e votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A comunidade, ao contrário, colocou em evidência a grave sonegação fiscal, o chamado "golpe do Geraldo" (isenção do ICMS nas compras do estado, de acordo com o decreto nº 48.034/03, prejudicando diretamente os municípios e os serviços públicos) e outras maracutaias tucanas. O Fórum das Seis conseguiu, inclusive, dar início a um movimento conjunto com várias prefeituras e câmaras municipais (uma das ações prioritárias do segundo semestre), com o objetivo de reverter o "golpe".

No interior da Unesp, a greve também rendeu bons frutos. O fato de o pontapé inicial da paralisação ter sido dado no campus de Ilha Solteira, com o posterior envolvimento dos *campi*, que aderiram maciçamente, não ocorreu por acaso. As causas desse quadro residem na crise que perpassa a instituição, seguramente uma das maiores de sua história. A Universidade foi levada a uma situação crítica pela política irresponsável da atual administração, que encampou alegremente a expansão eleitoreira do governo Alckmin, criando unidades e cursos sem nenhuma garantia de financiamento permanente. Essa situação criou novos problemas e agravou os já existentes, como a falta de professores e funcionários, a precarização das contratações (docentes conferencistas, servidores via fundações e terceirizações), a insuficiente assistência estudantil (bolsas, moradia, restaurante universitário), infra-estrutura mambembe etc.

Assim, ao mesmo tempo em que a greve por reajuste salarial e demais reivindicações se fortalecia na Unesp, também criava corpo a luta pela democracia interna, evidenciada na movimentação em torno da auto-convocação do CO. Fruto da nossa mobilização, também colocamos na pauta política a falta de transparência nas contas da Universidade, conseguimos trazer de volta a São Paulo a realização das reuniões do CO (as últimas foram levadas para o interior, para dispersar a reação da comunidade). Se conseguirem ocupar seu espaço no CO, os estudantes também contabilizarão um expressivo ganho político.

Outra grande vitória política foi o fortalecimento da aproximação entre Adunesp, Sintunesp e o segmento estudantil, expressa em assembléias, reuniões e plenárias conjuntas. A articulação dos três segmentos é fundamental para o enfrentamento das lutas que virão.

E não tenhamos dúvidas de que novas lutas virão. A própria data-base 2004 ainda está em curso, com as reuniões marcadas entre Fórum e Cruesp e entre os sindicatos e respectivos reitores. Na Unesp, o reitor já agendou a reunião com a Adunesp, o Sintunesp e o Comando de Greve dos Estudantes para o dia 9 de agosto. Na pauta, temos a expansão de vagas, a contratação de docentes e funcionários, a assistência estudantil.

No âmbito federal, temos que nos preparar para enfrentar as reformas neoliberais do governo Lula: sindical/trabalhista e universitária. Temos que reafirmar nossa disposição de luta para defender o modelo de universidade pública e gratuita pelo qual docentes, funcionários e estudantes sempre lutaram. Contra a reforma sindical/trabalhista, que visa a retirada de direitos dos trabalhadores, será necessária a articulação com outras categorias de trabalhadores.

A lição política maior do movimento de 2004 é a reafirmação da greve como instrumento legítimo de luta, capaz de arrancar conquistas em cenários extremamente adversos a ganhos reais para os trabalhadores. E também a importância da democracia e da unidade política do Fórum das Seis, organização estratégica dos sindicatos e estudantes das universidades estaduais paulistas, referência nacional de luta para as demais universidades brasileiras

Jornal da Associação dos Docentes da Unesp
Adunesp Seção Sindical

Diretoria: Milton Vieira do Prado Jr. (presidente), Sueli Guadelupe de Lima Mendonça (vice-presidente), Rubens Pereira dos Santos (secretário-geral), Maria Aparecida Segatto Muranaka (vice-secretária), Osvaldo Gradella Jr. (tesoureiro-geral), Marcelo Batista Hott (vice-tesoureiro).

Praça da Sé, 108, 3º andar, SP. Fone (11) 3242-7080.

Site: www.adunesp.org.br **E-mail:** adunesp@adunesp.org.br

Jorn. resp.: Bahiji Haje

QUEM LUTA, CONQUISTA

Greve mais forte e longa desde 1989 encosta os reitores e o governo na parede

Subserviente ao governador Zeroaldo, o Cruesp tentou impor nas universidades a política de sucateamento dos serviços públicos, de arrocho salarial e de enfraquecimento das entidades sindicais. Não conseguiu! Teve que conceder a inflação do período e uma política salarial

Passeata na avenida Paulista, em 3 de junho

Quando se defrontaram com nossa reivindicação salarial (16% de reajuste, compostos a partir das perdas inflacionárias de maio/03 a abril/04 + recuperação inflacionária de maio 2001 e parte do índice necessário para voltar a janeiro/89), os reitores começaram a repetir, sistematicamente, que esta não era "exeqüível".

A seqüência de seis zeros durante as negociações comprovou que os reitores estavam dispostos a endurecer até o fim. Pagaram para ver, mas se defrontaram com a mais longa e forte greve da categoria desde o advento da autonomia universitária, em 1989. Tiveram que recuar e, dois meses depois, fizeram o que poderiam ter feito antes da greve: ofereceram a inflação dos últimos 12 meses e uma política salarial.

A proposta do Cruesp

Depois de seis zeros sucessivos e uma proposta de antecipação de 2% (feita na negociação do dia 21/7 e rejeitada pelas assembléias), os reitores fizeram a proposta que acabou sendo aceita pela categoria: reajuste de 2% no mês de maio; reajuste de 2,14% em agosto; aplicação, em janeiro, da fórmula de política salarial apresentada pelo Cruesp, descontando-se 2,14% do valor obtido. Em agosto, teremos conquistado uma reposição de 4,18%, equivalente ao índice do IPC-Fipe para a inflação de maio/03 a maio/04. Em janeiro, se confirmadas as previsões do Fórum para a arrecadação do ICMS (R$ 33,17 bi), teremos 1,7% de reajuste, o que significa um salário aproximadamente 6% superior ao de abril/04.

O reajuste de janeiro/2005 será calculado através da seguinte fórmula:

$$1 + \frac{\frac{0{,}0957 \times 0{,}88\ (\text{arrecadação de } 2004 - 32{,}4)}{8{,}33\ S12}}{1{,}0214} = 1{,}017$$

S12 corresponde à massa salarial das três universidades em dezembro/2004 e o número 8,33 equivale à distribuição desse valor por sete meses, mais 13º salário e um terço de férias. Do valor apurado por esta fórmula, serão descontados os 2,14% de agosto.

Passeata até o Palácio dos Bandeirantes, em 25 de junho

Trindade, Brito e Melfi: trio parada dura

Produto da nossa luta

Claro está que o resultado econômico da greve não é o ideal e está aquém das expectativas da categoria, mas não resta dúvida de que só foi possível graças à força do movimento. Durante mais de 60 dias, fizemos uma greve coesa, ganhamos as ruas, ocupamos a imprensa, levamos à opinião pública as mazelas da pseudo-expansão de vagas, expusemos os "homens do governador". Sem a greve, teríamos amargado o zero de reajuste e nenhuma política salarial.

Mas não nos limitamos a reivindicar o reajuste. Como mostram as matérias das páginas 18 a 23, encaramos de frente a luta por mais verbas para as universidades, da qual os reitores se omitiram, embora sistematicamente convidados. De camarote, tiveram o cinismo de criticar a mobilização de docentes, funcionários e estudantes, na tentativa de desqualificar o movimento.

Para eles, a forma de aumentar recursos para as universidades reside no arrocho salarial dos trabalhadores. Querem pagar a conta da expansão eleitoreira, com a qual concordaram, com os nossos salários.

Desde o início das negociações, o Fórum das Seis apontava para a recuperação da arrecadação do ICMS e a queda do comprometimento da folha das universidades com salários (*veja a seguir*). A intransigência do Cruesp, que não se embasava em números, mas sim numa política de vergonhosa submissão ao governo, só foi quebrada com a greve.

... continua

AS MANOBRAS DO CRUESP

Postura intransigente não espelhava a realidade dos números

Durante as negociações em que insistiu em zero de reajuste na data-base, o Cruesp procurava desconversar quando o assunto eram os números. E isso não se dava por acaso, pois eles mostravam que a justificativa de falta de recursos não se sustentava. Veja porque:

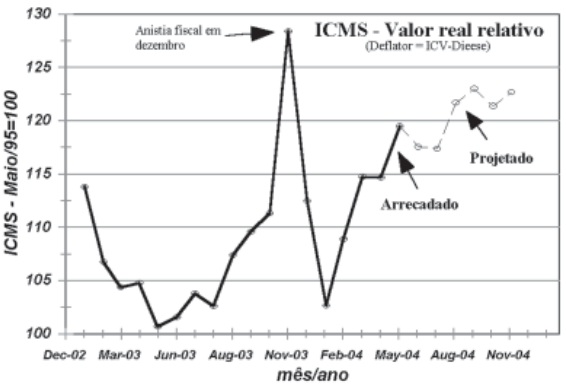
1) Arrecadação do ICM superou expectativas

Nos meses de abril, maio e junho de 2004, a arrecadação do ICMS superou até mesmo as previsões do Fórum das Seis. Os valores que vinham sendo utilizados pelos reitores estavam visivelmente subestimados.

Arrecadação do ICMS (quota parte em R$ bilhões)

	Previsão no Mês		Arrecadado
	Governo	*Fórum*	
Abril-04	2,583	2,694	2,703
Maio-04	2,477	2,705	2,712
Junho-04	2,487	2,830	2,836
	Previsões para o ano		
	31,134	33,2	

Em maio/2003, a arrecadação retrocedeu muito, mais até do que a queda da atividade econômica. No entanto, como mostra o gráfico ao lado, a partir daí a recuperação foi progressiva.



2) Planilha de julho apontou baixo comprometimento com salários

Comprometimento salarial das Universidades no mês de julho/2004 (%)

Total	Unesp	Unicamp	USP
82,24	83,99	83,89	80,71

A íntegra do Comunicado Cruesp

1. Reajuste salarial:
a. 2% em maio;
b. 2,14% em agosto;
c. aplicação, em janeiro, da fórmula de política salarial apresentada pelo Cruesp, descontando 2,14%.

2. Manutenção das reuniões com a Comissão Técnica, a cada dois meses;

3. Agendamento de reuniões entre a Reitoria e as entidades, em cada Universidade, para discussão de pautas específicas (ex.: auxílio-alimentação)

4. Nenhuma punição pelo exercício de greve, por ações ligadas legitimamente à greve;
a. eventuais excessos serão investigados, segundo procedimentos institucionais, para avaliar se se enquadram em ações legítimas de greve; em casos que se considere não enquadrados em ações legítimas de greve, as entidades serão avisadas com antecedência, para que se possa discutir, inclusive nas instâncias institucionais;

5. Não desconto de dias parados;

6. Reposição de trabalho e não de horas;

7. A reposição de aulas será feita preservando conteúdo e qualidade, sem prejuízo a alunos e respeitando normas institucionais;
a. o calendário de reposição será definido em cada Universidade (em cada Unidade de Ensino e Pesquisa, no caso da Unicamp, em conjunto com os coordenadores de cursos);
b. não se abrirá mão de pré-requisitos das disciplinas;
c. os prazos institucionais serão flexibilizados, inclusive de matrículas.

8. Reuniões entre Fórum das Seis e Cruesp, com a presença de representação estudantil, para discussão dos demais pontos da pauta unificada. A primeira reunião deverá acontecer na segunda quinzena de agosto, tendo a seguinte pauta:
a. assistência estudantil;
b. reforma universitária;
c. expansão das universidades e contratação de docentes e funcionários.

Comunicado divulgado em 28/7/04

Vão livre do MASP, em SP: concentração para passeata em 3/6/2004

A PRÓXIMA ETAPA

Mobilização continua no segundo semestre

Passeata pela Paulista, em SP, em 3/6/04

Vamos negociar o restante da pauta e lutar contra as reformas do governo Lula

Como ficou acertado no compromisso final assinado pelo Cruesp (*veja box na página anterior*), as negociações do restante da pauta de reivindicações dos três segmentos vão prosseguir em agosto. Os reitores se comprometeram a receber o Fórum das Seis ainda neste mês para discutir a assistência estudantil, a expansão de vagas (particularmente, a contratação de professores e funcionários) e a reforma universitária.

Os reitores também se comprometeram, cada um em sua universidade, a receber os sindicatos e os estudantes para discutir as pautas específicas ainda em agosto. Também na Unesp, vamos discutir a contratação de docentes e funcionários, a expansão, a assistência estudantil e o auxílio-alimentação (a reivindicação é de imediato reajuste no auxílio-alimentação, tendo em vista o valor conquistado pelos funcionários da USP, de R$ 135,00).

Em paralelo a estas questões, temos a continuidade da luta por mais verbas na Assembléia Legislativa, com a votação da Lei Orçamentária (LO) no segundo semestre (*leia mais nas páginas 18 a 23*).

E, na Unesp, temos ainda o início do processo sucessório para reitor. Este é um assunto importante e devemos iniciar o debate imediatamente.

Passeata pela Brigadeiro, em SP, em 16/6/04

Trindade recebe Adunesp, Sintunesp e Comando de Greve dos Estudantes no dia 9/8

O reitor da Unesp, José Carlos de Souza Trindade, receberá os representantes da Adunesp, do Sintunesp e do Comando de Greve dos Estudantes no dia 9. A reunião vai ser às 15h30, na reitoria

Pauta unificada de reivindicações 2004

1. REAJUSTE E REPOSIÇÃO DE PERDAS SALARIAIS

- 16% JÁ! – reposição inflacionária e de perdas salariais;
- Definição de uma política salarial com acompanhamento das perdas salariais;
- Reposição das perdas salariais de 72,22% dos trabalhadores do Centro Paula Souza, referentes ao período de 1996-2003;
- Devolução imediata dos 5% do salário confiscado pelo governo Alckmin, desde setembro/2003, retidos nas universidades.

2. DEFESA DOS DIREITOS DOS PROFESSORES, FUNCIONÁRIOS E ESTUDANTES

- Política permanente de contratação de professores em RDIDP e de funcionários, por concurso público, para reposição e ampliação do quadro das Universidades;
- Fim das terceirizações e das contratações precárias de docentes e funcionários;
- Por uma dotação orçamentária própria para manutenção e ampliação da assistência estudantil nas três Universidades e no Centro Paula Souza: moradia, restaurante e bolsas de estudo e transporte;
- Fim de toda perseguição política nas Universidades, com a readmissão de demitidos políticos e a suspensão imediata das punições e de processos disciplinares e legais de origem política contra estudantes, funcionários, professores e organizações sindicais e estudantis;
- Manutenção da autonomia de organização sindical e estudantil;
- Manutenção da isonomia salarial entre aposentados e pessoal da ativa;
- Democratização do Ceetesp: pela manutenção e aprofundamento do vínculo e associação do Centro Paula Souza à Unesp e contra o projeto de transformação das FATEC's em Centro Tecnológico;
- Isonomia no auxílio alimentação para todos os funcionários da USP, Unesp e Unicamp, no valor de 50% do salário mínimo.

3. DEFESA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS PAULISTAS E DO CENTRO PAULA SOUZA

- Defesa da Universidade pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade, sustentada no tripé ensino, pesquisa e extensão;
- Ação conjunta do Fórum das Seis e Cruesp contra as propostas que o governo federal intitula como "Reforma Universitária", que visam a destinar recursos para as instituições privadas de ensino e a sucatear as públicas;
- Ação conjunta do Fórum das Seis e Cruesp junto à Assembléia Legislativa para aprovação em segundo turno da PEC 14, que garante definitivamente a destinação de, no mínimo, 9,57% da arrecadação do ICMS para as Universidades Públicas Paulistas na Constituição do estado;
- Luta por ampliação dos recursos do ICMS, 11,6% para as Universidades Públicas e de 2,1% para o Ceeteps;
- Expansão de vagas em cursos regulares, com financiamento adicional incorporado na cota-parte do ICMS, garantindo o ensino público de qualidade;
- Contra qualquer cobrança de cursos e/ou serviços nas instituições de ensino superior público;
- Discussão do papel dos Hospitais Universitários, preservando sua vinculação com a Universidade, aprimorando seu caráter público, revertendo toda forma de privatização e apropriação privada de sua capacidade instalada, exigindo financiamento público adequado para o seu funcionamento, mantendo-os como importante instrumento da qualidade de ensino, pesquisa e extensão nas áreas médica, biológica e farmacêutica.

A PRÓXIMA ETAPA

Plenária ampliada Adunesp/Sintunesp traça os rumos

No dia 29 de julho, após o anúncio da proposta final do Cruesp, aconteceu em São Paulo uma plenária conjunta entre a Adunesp e o Sintunesp, que também contou com representantes estudantis. Havia cerca de 50 pessoas presentes. A unidade na luta entre as entidades fortaleceu-se na greve e é um dos grandes ganhos políticos obtidos pelo movimento. "A aproximação política da Adunesp, Sintunesp e o segmento estudantil, expressa em ações e assembléias conjuntas, mostra a maturidade e articulação dos três segmentos, tão necessária para o enfrentamento da difícil conjuntura", avalia o professor Milton Vieira do Prado Júnior, do campus de Bauru e presidente da Adunesp. Para João Carlos Camargo de Oliveira, do campus de Rio Preto e diretor do Sintunesp, "mesmo com as dificuldades que têm, devido à peculiaridade de estarem espalhadas por todo o estado de São Paulo, as entidades estão encontrando uma maneira muito saudável de condução em conjunto, sempre que possível, das questões comuns da Universidade". Ele lembra, ainda, da unidade com os estudantes. "Foram nossos parceiros nesta etapa da luta, que continuará na discussão dos demais pontos da pauta unificada". João Carlos diz esperar que essa "sintonia fina" perdure, para que os três segmentos possam, juntos, mudar os rumos da Universidade.

Vão livre do MASP, em SP, em 3/6/2004

Ao final da plenária, foram definidas as seguintes orientações:

Prioridades políticas, já definidas em congressos e na Pauta Unificada:

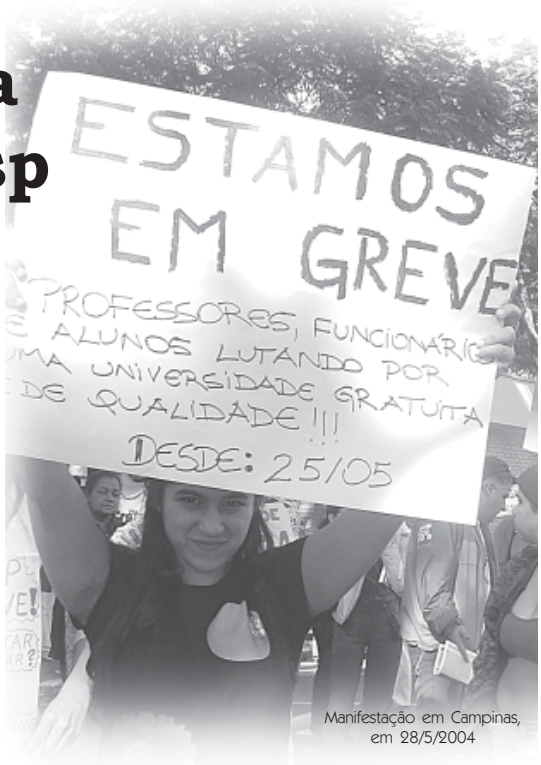
1. Política permanente de contratação de professores em RDIDP e de funcionários, por concurso público, para reposição e ampliação do quadro das universidades:

a. Contra a precarização do trabalho docente (não contratação de conferencistas e professores substitutos);
b. Contra as Portarias que autorizam os bolsistas pós-graduandos a ministrarem aulas nos cursos de graduação da Unesp;
c. Fim das terceirizações e de contratação de funcionários pelas fundações.

2. Expansão do ensino superior:

a. Suspensão do vestibular nos cursos novos sem infra-estrutura necessária e professores;
b. Levantamento por unidade das contratações necessárias e investimento para garantir a expansão com qualidade;
c. Recuperar o debate sobre a expansão de vagas a partir do documento elaborado pela CCG sobre o tema;
d. Debate sobre a extinção de Unidades Diferenciadas e/ou sua incorporação ao modelo Unesp;
e. Discussão sobre estratégias para a incorporação das verbas extra-cota destinadas para a expansão.

A plenária unificada, no dia 29/7, em SP



Manifestação em Campinas, em 28/5/2004

3. Por uma dotação orçamentária para a assistência estudantil. Levantamento de prioridades por campus:

a. Moradia;
b. Restaurante Universitário;
c. Bolsas PAE.

4. Auxílio Alimentação.

Ciclo de debates para agenda política:

1. Reforma Universitária;
2. Reforma Sindical e Trabalhista;
3. Reforma da Previdência.

Recomendar a discussão da eleição para reitor em profundidade.

Cronologia do movimento

Nas páginas 7 a 12, acompanhe passo a passo os principais momentos que marcaram a greve, a luta na LDO e a mobilização no interior da Unesp

Cronologia

A luta... passo a passo

A mais longa greve nas universidades estaduais paulistas desde o início da autonomia universitária, em 1989, teve muitos fatos marcantes. Foram mais de 60 dias de paralisação na maioria das unidades da USP, Unesp e Unicamp (em algumas, como é o caso do campus de Ilha Solteira, o movimento durou mais de 80 dias). A seguir, acompanhe os principais momentos dessa luta:

1º de abril

Começa a campanha salarial

A pauta unificada de reivindicações da data-base 2004 é entregue ao Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) no dia 1º/4, logo após a realização de um debate, na USP, promovido pelo Fórum das Seis, intitulado "O ataque à Universidade Pública: da ditadura militar aos dias de hoje". A pauta apresenta a reivindicação de 16% de reajuste na data-base (4,8% de reposição de perdas do período maio/2003 a abril/2004, 5,5% para recuperar os salários de maio de 2001 e o restante para repor parte das nossas perdas históricas). Além do índice, também pedimos uma política salarial para os meses seguintes, reposição do quadro docente em RDIDP e por concurso público, assistência estudantil digna, expansão com qualidade, aumento de verbas para as universidades, entre outras.

7 de maio

A primeira negociação. O primeiro zero. A primeira manifestação

A indignação é geral. Logo na primeira negociação com o Fórum das Seis, o Cruesp deixa claro que pretende seguir à risca a cartilha do governo Alckmin para a educação e oferece zero% de reajuste, em flagrante contradição com os números do ICMS: segundo as planilhas do próprio Cruesp, o resultado da arrecadação nos três primeiros meses é superior ao previsto.

Um bom número de trabalhadores e estudantes comparece à primeira manifestação marcada para a Unicamp, onde ocorreriam todas as negociações. Na Unesp, seis *campi* paralisam as atividades e dois ônibus são enviados a Campinas.

Em seu boletim, a Adunesp denuncia: "Criamos oito *campi*, convivemos com diminuição da cota extra-orçamentária, desvio de verbas, falta de funcionários e professores, corte de financiamento nas unidades e recursos escassos para a assistência estudantil, comprometendo a qualidade de ensino. E, agora, o arrocho salarial com zero% de reajuste em nossa data-base. Traduzindo: o arrocho salarial é que garantirá o funcionamento da universidade!".

11 de maio

Ilha dá o pontapé inicial da greve

O zero% tem um efeito incendiário. E a Unesp sai na frente na mobilização. O campus de Ilha Solteira realiza uma concorrida assembléia e decreta greve a partir de 11 de maio. A iniciativa dos companheiros é decisiva para que a greve comece a se tornar realidade nas três universidades. Em Botucatu, os funcionários também deflagram a greve. Os *campi* de Rio Claro e Marília param na seqüência, respectivamente nos dia 17 e 19 de maio.

20 de maio

Zero + zero = greve... e a luta ganha corpo

No dia 14 de maio, o Fórum das Seis reúne-se e avalia que as condições para a greve nas três universidades estão postas. Novo dia de paralisação é marcado para 20 de maio, quando está prevista a segunda negociação com o Cruesp. Mais um ato público é realizado em frente à Reitoria da Unicamp. Sai o segundo zero.

28 de maio

O terceiro zero: a faísca que faltava

O terceiro zero, apresentado na negociação do dia 28, é a faísca que faltava. A greve espalha-se e, até o final do mês, o movimento já é geral nas três universidades. Os atos na Unicamp reúnem um número cada vez maior de pessoas. A fórmula de política salarial apresentada pelo Cruesp traz uma previsão irreal para a arrecadação do ICMS, o que levaria a um novo zero em outubro ou janeiro.

O reitor Trindade não vai à negociação, alegando a necessidade de comparecer a uma audiência judicial no mesmo horário, em Sorocaba. Em vez do vice-reitor, como era de se esperar, a Unesp é representada à mesa pelo chefe de gabinete, professor Vane.

Boletim
ADunesp
Relato da reunião com o CRUESP – Dia 28/05/04
0%+0%+0%=
CONTINUIDADE DA GREVE

O Fórum das Seis avalia que é o momento de ampliar a mobilização e levar o movimento para fora das universidades. Na semana anterior, os representantes sindicais haviam ido à Assembléia Legislativa e contatado deputados com o objetivo de propor emendas à LDO (*veja matéria nas páginas 18 a 23*), solicitando mais recursos para investimento na educação como um todo e, em especial, a mudança do índice de 9,57% para 11,6% do ICMS para as universidades e dotação de 2,1% para o Centro Paula Souza. O Fórum exige o compromisso do Cruesp com estas reivindicações, mas, o que se verá, até o final da mobilização, é uma completa omissão por parte dos reitores.

Na Unesp, em paralelo à greve, desencadeia-se um processo de manifestação de várias congregações sobre o que se convencionou chamar de "crise institucional da Unesp", cobrando da Reitoria transparência e resposta aos problemas que atingem a universidade (*leia mais nas páginas 14 a 17*). Denunciando que a crise tem um nome – "Gestão Trindade –, o boletim da Adunesp conclama os representantes do Conselho Universitário a se reunirem em caráter de urgência para discutir a crise e traçar políticas que possam restabelecer a governabilidade e a credibilidade da Universidade.

3 de junho

A luta ganha as ruas de São Paulo

A passeata convocada pelo Fórum cumpre todos os objetivos. Cerca de quatro mil pessoas – professores, funcionários e estudantes da USP, Unesp, Unicamp e Centro Paula Souza – lotam o vão livre do MASP. Com faixas e cartazes, distribuindo cartas abertas à população, os manifestantes percorrem a Paulista, descem pela Brigadeiro, param para um protesto em frente à Reitoria da Unesp e seguem até a Assembléia Legislativa. A atividade tem grande repercussão na imprensa. O comparecimento de representantes de praticamente todas as cidades do Estado onde há unidades das universidades estaduais é a expressão viva da radicalização da greve.

Na Assembléia, parte dos manifestantes acompanha uma audiência pública na Comissão de Cultura, Ciência e Tecnologia, com o objetivo de discutir a reivindicação de mais verbas apresentada pelo Fórum das Seis. Embora convidados, os reitores não dão o ar da graça.

18 de junho

Fórum reúne-se com Alckmin em Marília

O governador Alckmin recebe uma representação do Fórum das Seis e estudantes no dia 18 de junho, em Marília. Participam da conversa a professora Sueli Guadelupe Mendonça, diretora da Adunesp, representando a coordenação do Fórum das Seis, o professor Vandeí Pinto da Silva (Adunesp/Marília), o professor Américo Kerr (presidente da Adusp), a professora Cecília Colares (Adunicamp), Jair Souza (Sintunesp), Sílvia Lima (Sinteps), e os estudantes – Daniel Silva e Marcos D. A. Filho (de Centros acadêmicos da Unesp de Marília).

Sueli apresenta ao governador as reivindicações do movimento, defendendo, entre elas, o aumento do repasse de verbas para as universidades Centro Paula Souza. Também faz menção à queda na arrecadação do ICMS, provocada, entre outros motivos, pela decisão do governo estadual de isentar do pagamento do imposto as compras feitas pelo Estado. Alckmin fica de "ver" essa questão. A representante também menciona a baixa qualidade da expansão na Unesp.

O Fórum insiste para que as verbas extra-cota destinadas à expansão sejam incorporadas e o governador diz que isso é possível, mas deixa a resposta para depois, numa reunião a ser marcada com o secretário de Ciência e Tecnologia.

16 de junho

Nova passeata até a Assembléia Legislativa

Desta vez com o reforço dos trabalhadores da saúde, também em greve naquele momento, passeata semelhante à do dia 3 desce do Masp à Assembléia Legislativa. Além de dar mais visibilidade à greve, o objetivo é fortalecer a luta por mais verbas para as universidades e o Centro Paula Souza. Um acordo entre o Fórum das Seis e os deputados garante a entrada de 300 manifestantes, que lotam o plenário da Assembléia. Vários deputados de oposição ao governo Alckmin solidarizam-se com a greve e as reivindicações de professores, funcionários e estudantes.

18 de junho

Estudantes ocupam a reitoria da Unesp

Uma manifestação reúne perto de 250 estudantes (das três universidades e da FATEC/SP) na avenida Paulista, em São Paulo. Cerca de 50 deles, a maioria da Unesp, decide ocupar a reitoria da Universidade. Mais de 100 permanecem do lado de fora. Funcionários e professores presentes decidem ficar ao lado dos alunos, para evitar que a polícia barbarize. Ainda assim, os policiais jogam spray de pimenta nos manifestantes. Após a saída, um aparato de cerca de 30 PM's permanece no local.

22 de junho

Reitores ensaiam recuo

Se, nas primeiras negociações, o Cruesp havia mantido uma postura absolutamente intransigente, recusando-se a discutir qualquer coisa que se referisse ao índice da data-base, na reunião do dia 22 de junho o recuo dos reitores é nítido. E isso não acontece por acaso. Eles se vêem diante de uma greve fortíssima nas três universidades, com grandes manifestações públicas e passeatas, atos na Assembléia Legislativa, ação nas câmaras municipais... tudo isso com uma boa cobertura dos meios de comunicação. Além disso, defrontam-se com a consolidação da previsão do Fórum quanto à arrecadação do ICMS. O Fórum informa os reitores que as assembléias não aceitavam os números do Cruesp para o parâmetro da fórmula de política salarial em discussão. Os reitores prevêem, naquele momento, que a arrecadação do ICMS será de R$ 32,4 bilhões e colocam esse número como redutor do percentual de reajuste em outubro/2004 e janeiro/2005. As assembléias querem que esse número seja de R$ 32 bilhões. O presidente do Cruesp, professor Brito, limita-se a apontar que uma das formas de se pensar um reajuste na data-base seria a antecipação de um número inferior ao que poderá ser consolidado com a fórmula em outubro/2004 (algo em torno de 3,4%, utilizando o redutor do Cruesp, de R$ 32,4 bilhões). Nas contas do Fórum, o índice vislumbrado seria menor do que 1,5%, o que é absolutamente inaceitável.

Ao final da reunião, o professor Brito não concorda em marcar nova negociação.

2 de julho

Intransigência dos reitores leva à ocupação em Campinas

Depois da negociação de 22 de junho, os reitores entram em mutismo total. No dia 2 de julho, o Fórum organiza um ato na Unicamp, pedindo a reabertura das negociações salariais. A greve já passa dos 37 dias. Embora a orientação do Fórum fosse pela realização de um ato que envolvesse apresentações culturais e discursos, uma parcela dos estudantes presentes não contém a indignação e ocupa a reitoria.

5 de julho

Trabalhadores da Unicamp suspendem a greve

Em assembléia geral, os trabalhadores da Unicamp decidem suspender o movimento. Nas demais instituições, bem como entre os professores da Unicamp, o movimento prossegue.

25 de junho

Passeata até o Palácio

Em conjunto com outras categorias do funcionalismo estadual, trabalhadores e estudantes das três universidades e do Centro Paula Souza participam de uma passeata até o Palácio Bandeirantes. A intenção é cobrar do governador, já batizado pelo Fórum das Seis de Zeroaldo Alckmin, a concessão de reajuste para o funcionalismo e mais verbas para a educação na LDO. A forte presença policial não impede que os manifestantes ocupem a frente do Palácio. Zeroaldo não aparece, mas a comissão consegue uma audiência com o secretário-adjunto da Casa Civil, Floriano Pesaro. A atividade ganha destaque na imprensa.

30 de junho

Debate na Alesp sobre a LDO

O auditório Teotônio Vilela, da Assembléia Legislativa de SP, fica repleto de professores, estudantes e docentes das três universidades e do Centro Paula Souza. Eles acompanham uma audiência pública informal, promovida pela bancada petista, com o tema "A situação das universidades públicas do estado de São Paulo". Além dos representantes do Fórum das Seis, que falam sobre as emendas que prevêem aumento de dotação orçamentária para o ensino público, também falam os deputados Maria Lúcia Prandi, Mário Reali, Cândido Vaccarezza, Hamilton Pereira, Sebastião Arcanjo (todos do PT) e Nivaldo Santana (PC do B). Militantes do Movimento dos Sem Universidade (MSU) fazem uso da palavra.

1º de julho

Fórum reúne-se com o secretário de C&T

Como havia ficado estabelecido na reunião com Alckmin, em Marília, no dia 18, o secretário de Ciência e Tecnologia, João Carlos de Souza Meirelles, recebe o Fórum das Seis. Os representantes cobram as respostas do governador para os assuntos levantados em Marília (aumento de verbas, má qualidade da expansão de vagas, possibilidade de incorporação das verbas extracota destinadas à expansão, sonegação fiscal etc). Meirelles informa que as verbas da expansão não serão incorporadas neste momento. Quanto às demais questões, diz que estão sendo "estudadas" pelo governador.

6 e 7 de julho

Começa a discussão da LDO. Manifestantes lotam a Alesp

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2005), que define as prioridades de investimento do governo para o ano seguinte, pode ser votada a qualquer momento. Com isso, a presença de centenas de manifestantes das três universidades e do Centro Paula Souza, vindos da capital e do interior, passa a ser constante na casa. Nos dias 6 e 7, o governo sofre duas derrotas em plenário, não conseguindo aprovar seu roteiro para votação da LDO. No dia 7, irritado com a forte pressão do plenário, o presidente da Alesp, o deputado tucano Sidney Beraldo, perde a compostura e dirige um gesto obsceno aos manifestantes. A sessão é suspensa mais uma vez.

13 de julho

O rolo compressor tucano passa na LDO

Com 49 votos a favor e 34 contrários, é aprovado o Projeto de Lei nº 305/2004, contendo a proposta de LDO do governador Geraldo Alckmin para 2005. O projeto não incorpora nenhuma das emendas que previam aumento de verbas para as universidades estaduais paulistas e o Centro Paula Souza (*veja matéria nas páginas 18 a 23*). Revoltados, vários estudantes presentes ocupam o plenário onde estão os deputados. A polícia os reprime com violência, usando spray de pimenta e perseguindo alguns pelos corredores da casa. Um show de truculência tucana.

15 de julho

Maioria dos conselheiros do CO cassa a palavra dos sindicatos

Em paralelo à campanha salarial e à luta por mais verbas na LDO, a comunidade unespiana encara outras batalhas no plano interno. Pressionado pela movimentação nas unidades e a iminência de uma auto-convocação, o reitor Trindade realiza uma reunião extraordinária do Conselho Universitário. A pauta é parecida àquela proposta pelo movimento (situação das unidades diferenciadas/cursos novos, balanço da aplicação das verbas destinadas à expansão, participação discente no CO, vestibular de meio de ano etc). Em votação conduzida pelo reitor, a maioria dos conselheiros (31 a 26) vota pela entrada de representantes dos estudantes, da Adunesp e do Sintunesp, mas sem direito a voz, no caso destes dois últimos. Em protesto, os sindicalistas entram na reunião, fazem uma declaração e se retiram. Em frente à reitoria, ao mesmo tempo desenrola-se uma manifestação de estudantes, professores e funcionários (*leia mais nas páginas 14 a 17*).

16 de julho

Diante do crescimento do ICMS, reitores desmarcam negociação

Frente à divulgação dos números do ICMS, mostrando um aumento na arrecadação, ao contrário do que apregoavam os reitores, o Cruesp passa a manobrar para evitar uma nova negociação. Por meio de ofícios, aponta exigências para voltar à mesa: suspensão das atitudes por eles consideradas como "violentas", como o piquete dos funcionários da USP, ao mesmo tempo em que começam a ameaçar com o corte dos salários. O Fórum responde denunciando a tentativa de coação por parte dos reitores e pedindo a garantia de que não haverá qualquer tipo de coerção, punição ou constrangimento ao livre exercício de greve.

Os reitores também criticam as manifestações ocorridas por ocasião da votação da LDO. Num dos ofícios, dizem: "(...) Acreditamos que o Fórum também considere que as imagens veiculadas pela TV no dia 13/07 e pelos jornais no dia seguinte nas quais se viu um grupo de manifestantes invadir aos gritos o plenário da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e ameaçar deputados, não são representativas do sentimento, da educação e do apreço à democracia que vigoram na comunidade acadêmica das três universidades estaduais paulistas."

O Fórum responde, mais uma vez, acusando o Cruesp por omitir-se na LDO: "O ato 'deseducado' dos manifestantes colocou em rede nacional a indignação daqueles que estavam na Assembléia Legislativa pressionando os 'representantes do povo' por mais verbas para a educação. Temos certeza de que não foi o silêncio dos reitores ao longo destes 50 dias de greve que abriu um grande espaço de discussão na sociedade sobre o financiamento da universidade e da educação em geral."

19 de julho

Tensão na USP. Reitor ameaça usar força policial contra os piquetes

Depois do anúncio de que a reitoria da USP havia obtido uma ordem judicial de reintegração de posse, a segunda-feira, 19 de julho, é de pura tensão. A polícia pode usar a força contra os funcionários daquela universidade a qualquer momento. O Fórum das Seis dá início a uma intensa mobilização, que inclui uma reunião com o reitor Adolpho Melfi e a intermediação de parlamentares (o deputado Ivan Valente e o senador Eduardo Suplicy). Melfi recua e anuncia a suspensão da medida. Também concorda em receber uma delegação do Sindicato dos Trabalhadores da USP no dia seguinte.

21 de julho

Força do movimento reabre as negociações

Após ser recebido pelo reitor Melfi, que aceita a reivindicação de aumento do vale-alimentação (que passa a ser de R$ 135,00), o Sintusp anuncia a suspensão dos piquetes. O Cruesp marca negociação para o dia 21. O resultado, no entanto, frustra a comunidade acadêmica. Os reitores limitam-se a oferecer um reajuste de 2% na data-base, entendido como antecipação da fórmula em outubro. O Fórum reage com indignação, classificando a postura dos reitores como "arrogância, descaso e desrespeito".

22 de julho

Adunesp e Sintunesp pressionam Trindade

Depois de uma plenária conjunta, 10 representantes da Adunesp e do Sintunesp dirigem-se à reitoria e exigem uma audiência com o reitor Trindade. Eles informam a ele a disposição da comunidade em acirrar a greve, estendendo-a até quando fosse necessário, e solicitam do reitor da Unesp uma mudança de posição frente à proposta de reajuste salarial do Cruesp. Trindade argumenta que há falta de recursos. As entidades apresentam-lhe algumas sugestões de onde "tirar dinheiro". Um exemplo é a Fundunesp, que apresentou um superávit de R$ 20 milhões e 2003, mas, mesmo assim, está sendo subsidiada com um R$ 8 milhões no orçamento da Unesp. O reitor informa que vai "avaliar" as sugestões.

28 de julho

Fórum indica a suspensão da greve

Acontecem assembléias nas três universidades. A maioria delas aponta o indicativo de que o Fórum procure retirar da proposta do Cruesp o item que prevê o desconto dos 2,14% em janeiro. Nova rodada de negociações acontece, mas sem alteração da proposta. O Fórum volta a se reunir ainda no dia 28 e indica às assembléias (a serem realizadas nos dias 29 e 30) a suspensão da greve, com retomada das atividades em 2 de agosto.

29 de julho

Plenária conjunta dos três segmentos avalia o movimento

Com cerca de 50 pessoas, acontece em São Paulo uma plenária unificada entre Adunesp e Sintunesp, contando com representantes estudantis. O fortalecimento da unidade entre os três segmentos é apontada por todos como um dos grandes ganhos desta data-base, combustível essencial para os próximos passos da luta. A plenária indica às bases a necessidade de, embora encerrada a greve, manter a mobilização para a negociação do restante da pauta de reivindicações com o Cruesp e com a reitoria da Unesp (assistência estudantil, contratação de professores e funcionários, expansão de vagas com qualidade). Também é definida uma agenda conjunta de debates sobre as reformas universitária, sindical/trabalhista e previdenciária. As entidades também recomendam a discussão, em profundidade, das eleições para reitor na Unesp.

26 de julho

Novo ato em Campinas. Cruesp melhora proposta

O Fórum convoca novo ato para a Unicamp para o dia 26 de julho, quando está marcada mais uma negociação com os reitores. Cerca de 500 pessoas comparecem. A disposição da comunidade acadêmica é radicalizar o movimento e começam a ser organizadas várias iniciativas, como um acampamento na Unicamp e o "Dia do Fico" (os representantes do Fórum permaneceriam na sala de negociações após o término da reunião). Falando em nome da Adunesp, a professora Sueli Guadelupe de Lima Mendonça informa que alguns *campi*, como é o caso de Marília e São José do Rio Preto, tiveram seus portões fechados pelos grevistas. "E muitos outros também fecharão, caso o Cruesp não nos faça uma proposta melhor", diz.

Neste mesmo dia, os funcionários da Unicamp retornam à greve. Os reitores recuam e melhoram a proposta: 2% em maio, 2,14% em agosto, aplicação da fórmula em janeiro (com desconto dos 2,14%). Depois de seis zeros, a forte greve levara o Cruesp a romper seu acordo com o governador "Zeroaldo" Alckmin, que exigia das universidades que arrochassem os salários de trabalhadores e estudantes (*veja mais detalhes nas páginas 3 a 6*).

30 de julho

Marília estende a greve por uma semana e aponta o caminho da luta no segundo semestre

A maioria das unidades realiza assembléia no dia 30 e indica a suspensão da paralisação, com retorno às aulas no dia 2 de agosto. Chega ao fim a mais longa greve desde o início da autonomia universitária, em 1989. Seguramente, uma das mais duras, tendo à frente um Cruesp mais alinhado do que nunca à política do governo do Estado, de sucateamento e degradação dos serviços públicos. Professores e funcionários da USP e Unicamp também encerram o movimento.

Marília é um caso à parte. A assembléia conjunta dos três segmentos, com a participação de cerca de 180 pessoas, decide manter a greve até o dia 8, usando a semana para debater a conjuntura política, preparar a continuidade da mobilização e organizar o retorno às atividades. A professora Maria Valéria Barbosa, presidente da Adunesp local, avalia que, com essa postura, Marília expressa o que será a luta no segundo semestre. "Em Marília, o movimento foi construído sobre três eixos muito claros", diz ela, referindo-se à reivindicação salarial, à chamada crise na Unesp (precariedade dos cursos novos, falta de professores e funcionários, assistência estudantil insuficiente) e à reforma universitária. "Ao estendermos a greve por mais uma semana, estamos solidificando estas bases e definindo que a próxima etapa da luta será bastante radicalizada", prossegue. "A comunidade acadêmica alcançou um grande grau de consciência política."

A presidente da AD de Marília informa, ainda, que foi criado um fórum permanente de discussões, para prosseguir o debate após o final da greve. As atividades acontecerão todas as quartas-feiras, das 17 às 19 horas, na sede da AD, com a presença de debatedores da casa e de outras instituições.

A reunião aberta da Congregação de Marília, realizada no dia 3/8, registra uma importante deliberação: o campus só aceitará a contratação de professores conferencistas neste semestre se houver a garantia de abertura de concurso para cada uma das vagas em 2005

Estudantes dão exemplo de garra e disposição de luta

A participação dos estudantes nessa greve, nas três universidades e no Centro Paula Souza, merece um capítulo à parte. Desta vez, eles não se limitaram a apoiar o movimento, mas decidiram integrá-lo de maneira firme e objetiva. Desde o início, a definição da pauta conjunta já expressava essa unificação. "Todas as reivindicações foram assumidas pelos três segmentos", explica Rafael Del' Ono, estudante do segundo ano de Ciências Sociais do campus de Marília. "Por isso, a conquista salarial dos professores e funcionários também é dos estudantes" Del explica que faz parte do Comando Geral de Greve dos Estudantes, instância que reúne um representante por campus. "É uma organização que passa à margem do DCE da Unesp", diz ele. Também foi criado um comando unificado com os estudantes da USP e da Unicamp.

No campus de Marília, os alunos decretaram greve em 17 de maio, dois dias antes dos professores e funcionários. Lá, a exemplo do que acontece em outros *campi*, há problemas sérios de falta de professores (principalmente, nos cursos novos) e de funcionários. A contratação de docentes conferencistas vem sendo usada como tapa-buraco pela reitoria. "Nós não abrimos mão das contratações em RDIDP, pois isso é condição determinante para a existência da pesquisa e da extensão", ressalta Del.

Entusiasmado com a força da mobilização no primeiro semestre, ele avalia que a luta será ainda mais acirrada no segundo. "Além da negociação dos demais itens da pauta unificada, entre eles a assistência estudantil, temos que criar uma grande mobilização contra a reforma universitária".

Atos nos dias 11 e 17/8

No dia 11 de agosto, está prevista a realização de uma audiência pública na Assembléia Legislativa, às 14h30, no plenário Franco Montoro, com a presença do ministro da Educação, Tarso Genro. O tema é "Acesso à educação superior pública". O Fórum das Seis está preparando uma manifestação para essa data.

No dia 17, outra audiência pública deve acontecer em São Paulo, organizada pelo MEC para expor as propostas do governo para a reforma universitária. Também deverá estar presente o ministro da Educação. O Fórum das Seis e outras entidades estão preparando um grande ato para esta data. Fique de olho na convocação e participe!

Campinas, 28 de maio

Campinas, 28 de maio

Campinas, 28 de maio

São Paulo, 3 de maio

São Paulo, 3 de maio

CRISE NA UNESP

O CO extraordinário, a truculência da atual gestão e a força do movimento

Os fatos que culminaram com a realização de uma reunião extraordinária do Conselho Universitário (CO) no dia 15 de julho, em São Paulo, quando os representantes da Adunesp e do Sintunesp tiveram cassado o seu direito de voz, merecem algumas reflexões.

Não foi por acaso que a greve nas universidades estaduais paulistas começou na Unesp – no dia 11 de maio, no campus de Ilha Solteira. E também não foi por acaso que a adesão a ela foi maciça em todos os *campi* e continuou em Marília por uma semana a mais. Nossa universidade atravessa a pior crise institucional de toda a sua história, notadamente a partir da posse da atual administração. Mais do que na USP e na Unicamp, aqui a expansão eleitoreira do governador Alckmin encontrou um celeiro muito fértil.

Polícia na Universidade, uma das marcas registradas da gestão Trindade

A gestão Trindade deu início a uma expansão desenfreada, com a criação de unidades diferenciadas e de cursos novos em *campi* regulares sem nenhuma garantia de financiamento permanente. Essa irresponsável política atinge, hoje, toda a Universidade, gerando problemas novos e agravando os já existentes: falta de professores e funcionários, precarização das relações de trabalho (contratação de professores conferencistas, entrada de funcionários via fundações ou por meio de terceirizações), assistência estudantil totalmente insuficiente (bolsas, moradia, restaurante universitário), infra-estrutura (laboratórios, bibliotecas etc), entre outros.

Auto-convocação

Essa situação desencadeou, em paralelo ao movimento de greve, uma mobilização interna na Unesp. A Adunesp e o Sintunesp impulsionaram uma campanha pela auto-convocação do Conselho Universitário (CO), com uma pauta que colocasse em debate todos estes problemas. A proposta ganhou corpo, várias congregações deliberaram pela auto-convocação e as assinaturas começaram a ser recolhidas. A data provável de realização era 14 de julho. A pauta sugerida era:

a) Discussão e deliberação sobre o ingresso de novos alunos nas unidades diferenciadas:
- Resolução de abertura das vagas no vestibular
- Parecer do CEPE sobre o vestibular de inverno
- Parecer da CCG sobre o vestibular de inverno
- Relatório Parcial da Comissão de Acompanhamento para a implantação de novos cursos

b) Representação discente nos Órgãos Colegiados
- Parecer da Assessoria Jurídica sobre as eleições realizadas

c) Previsão Orçamentária e Execução Financeira de 2004, com abertura das contas da Unesp à Comunidade Universitária com apresentação de todos os dados referentes às receitas e despesas da Universidade na atual gestão (2001-2004) e criação de comissão composta por membros do CO, CEPE, CADE, Comissão de Orçamento, e representantes das categorias (Adunesp, Sintunesp, DCE) para apresentar, com prazo de 30 dias, um diagnóstico realista, preciso e confiável à referida Comunidade sobre a situação da Unesp, baseando-se em informações a serem, obrigatoriamente, disponibilizados de imediato por todas as seções administrativas e departamentos.

d) Disponibilizar previamente, no mínimo 48 horas antes, todos os documentos e apresentações a serem exibidas na reunião.

... continua

Forte aparato policial, portões trancados, prédio evacuado: os ingredientes da reunião do CO

e) Restabelecimento da gestão democrática na Unesp, com o pleno funcionamento dos Órgãos Colegiados Centrais e respeito às suas deliberações, bem como retorno das reuniões do Conselho Universitário para a Reitoria;

f) Elaborar manifestação de apoio ao aumento da dotação orçamentária para 11,6% do ICMS para as universidades estaduais paulistas e de 2,1% do ICMS para o Ceeteps e encaminhar à Assembléia Legislativa;

g) Moção pela reabertura imediata das negociações com o Cruesp e apoio à definição de um índice na data base e de uma política salarial.

A reunião do dia 15/7

Diante da iminência dos fatos, o reitor Trindade antecipou-se e convocou um CO extraordinário para o dia 15 de julho, com uma pauta semelhante à proposta pelo movimento: 1- Execução Financeira 2001 a 2003 / Previsão Orçamentária e Execução Financeira para o ano de 2004; 2- Apresentação do relatório parcial da Comissão de Acompanhamento para Implantação de Novos Cursos; 3 - Aspectos informativos sobre o vestibular de meio de ano da Unesp e ingresso de alunos nas Unidades Diferenciadas; 4 - Representação discente nos Órgãos Colegiados; 5 - Manifestação à Assembléia Legislativa, solicitando a incorporação, de forma definitiva, do extra-orçamentário na quota-parte da Unesp, bem como a sua constitucionalização.

No dia da reunião, no entanto, o clima na reitoria era de guerra. Os servidores foram dispensados do trabalho e o prédio estava tomado por um policiamento ostensivo e armado, dentro e fora (prática, aliás, que vem se tornando comum na Unesp). Todos os membros do CO e convidados autorizados tiveram que entrar pelos fundos. Havia apenas um elevador em funcionamento, com acompanhante permanente. Numa evidente mostra de irresponsabilidade, que colocou em risco a vida das pessoas, as portas corta-fogo das escadas foram lacradas, tendo sido retiradas as suas maçanetas.

Como se tudo isso não bastasse, a entrada no prédio era precedida de uma cuidadosa identificação das pessoas, tratadas como se constituíssem um perigo à instituição.

Violento atentado à democracia

Do lado de fora da reitoria, cerca de 200 pessoas, oriundas de vários *campi*, fizeram uma manifestação pacífica, ao mesmo tempo em que exigiam a presença dos representantes sindicais e estudantis na reunião. Para indignação geral, o reitor colocou em votação se estes representantes teriam ou não direito a voz. E, para surpresa também geral, a maioria dos conselheiros do CO votou contra esse elementar direito (31 a 26). Apenas os estudantes poderiam falar.

Assim, o reitor e os membros do CO que lhe são fiéis tentaram calar os sindicatos e os representantes do movimento legítimo da comunidade unespiana. Dessa forma, atentaram contra a dignidade do posto que ocupam, dando, mais uma vez, um testemunho de truculência contra a Universidade e de absoluta subserviência aos mais abjetos interesses desta reitoria. Mais lamentável, ainda, foi o voto de muitos diretores contra o direito a voz dos sindicatos, sendo que suas respectivas congregações haviam deliberado favoravelmente a esta posição. Estes traíram o compromisso com suas comunidades e trazem à tona, com tal postura, uma discussão muito cara à universidade: a questão do poder e da representação dos dirigentes eleitos. Afinal, representam a quem?

Uma explicação possível para os 31 votos possa ser o medo que muitos ali sentiram de serem desmascarados na discussão.

Diante desse quadro, os representantes da Adunesp e do Sintunesp entraram na reunião, fizeram uma declaração de protesto e se retiraram.

As deliberações da reunião

A reunião do dia 15 teve continuidade no dia 20. Marcada por questionamentos de vários conselheiros, principalmente sobre as Unidades Diferenciadas e a situação orçamentária da instituição, a reunião teve como resultado positivo a constituição de uma comissão, que terá 45 dias para fazer uma auditoria nas contas da Unesp. Dela fazem parte os professores Paulo César Razuk, José Brás Barreto de Oliveira, Elizabeth Berwerth Stucchi, Eduardo Galhardo e o servidor João Carlos Camargo de Oliveira.

Como a pauta não houvesse sido totalmente discutida, a reunião teve prosseguimento no dia 4 de agosto, tendo a regularização da participação discente no CO como um dos pontos pendentes.

Comissão recebe os sindicatos no dia 11

A comissão definida no CO para realizar uma auditoria nas contas da Universidade vai receber representantes da Adunesp e do Sintunesp no dia 11/8

Ato em frente à reitoria: protesto contra a truculência dentro da Universidade

ARTIGOS

O novo projeto de Universidade e a crise da Unesp

** Por Maria Valéria Barbosa e Emanuel Rocha Woiski*

A Unesp foi constituída a partir da junção das unidades isoladas do interior do Estado e teve como pilar mestre a concepção de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que norteia uma proposta específica de universidade pública.

As lutas contra os desmandos e o autoritarismo no fim dos anos 80 acabaram por produzir o Estatuto da Unesp, dentro do qual se estabeleceu, ao menos no papel, uma estrutura de gestão da Universidade de caráter democrático e representativo, fundamentada sobre uma organização tricameral, composta em sua maioria por representantes docentes, técnico-administrativos e discentes eleitos diretamente pela comunidade acadêmica.

Os sindicatos, grandes articuladores da elaboração do Estatuto, vêm, desde então, se empenhando para que a proposta original de universidade pública pudesse se concretizar em todos os sentidos. A Adunesp e o Sintunesp sempre se fizeram presentes, seja exigindo transparência de todas as administrações e denunciando os seus autoritarismos, seja buscando reforçar o importante papel dos Órgãos Colegiados na construção coletiva da Unesp ou, ainda, denunciando a política do beija-mão estabelecida pelas administrações, como sendo extremamente perniciosa para a Universidade.

Na administração cotidiana da Universidade, tem prevalecido a vontade da reitoria sobre os Órgãos Colegiados, ficando a Unesp ao sabor da vontade e das benesses do reitor de plantão.

Entretanto, as sucessivas administrações têm apostado na implantação de um outro projeto de Universidade, cujas raízes se encontram especificadas em diretrizes de organismos internacionais para os países pobres. Este é fundamentado na flexibilização do tempo integral e na desqualificação do tripé ensino-pesquisa-extensão, que relega o ensino a segundo plano, que privilegia a pesquisa baseada na supervalorização da produtividade e que coloca a extensão sob a égide do assistencialismo ou da mercantilização, fazendo com que a Universidade abandone, de vez, a sua referência social.

O projeto preconiza também a precarização do trabalho docente, através da contratação de professores conferencistas fora do tempo integral e da utilização generalizada de pós-graduandos bolsistas como professores improvisados da graduação. As chamadas fundações proliferam dentro da Universidade, cujo objetivo, na maior parte dos casos, é driblar os mecanismos de prestação de contas e utilizar os recursos públicos para privatizá-los e distribuí-los entre uns poucos, em nome de uma pretensa agilidade administrativa. Estas fundações também servem para contratar servidores técnicos sem concurso público, ficando à margem das relações de trabalho definidas pela Universidade, tornando-se efetivamente grande problema.

A lógica do discurso de uma Universidade administrada racionalmente e enxuta tem acarretado a desvalorização do trabalho da comunidade acadêmica, por meio do sistemático achatamento salarial, como forma de financiamento da sempre crescente demanda de custeio e investimento da Universidade, levando a comunidade a lançar mão de greves, paralisações e manifestações para reclamar nada mais do que seus direitos a uma vida digna, por um lado, e, por outro, a uma universidade pública de qualidade.

Hoje, a Unesp encontra-se diante de uma das maiores crises de sua história. Nos poucos anos de uma gestão administrativa que busca a implantação a qualquer custo deste último projeto de Universidade e, diante da resistência de parte da comunidade, a reitoria tem utilizado a Unesp como um cenário de fundo para desmandos, arbitrariedades e manipulação. Para isso, conta com a conivência ou, pelo menos, a omissão interesseira dos Órgãos Colegiados locais e centrais. Essa administração, que achava que tudo podia, encontra-se, de repente, à beira de um poço sem fundo, escavado com a perda progressiva de confiança e de transparência de seus atos, os inúmeros processos na justiça, os projetos desastrosos e perdulários, os conflitos generalizados entre interesses políticos mal satisfeitos, a degradação da qualidade de vida dos trabalhadores docentes e técnico-administrativos e a queda de qualidade das condições adequadas de ensino, pesquisa e extensão para seus estudantes.

Na prática, na administração cotidiana da Universidade tem prevalecido a vontade da reitoria sobre os Órgãos Colegiados, ficando a Unesp ao sabor da vontade e das benesses do reitor de plantão.

Se, por um lado, parte da comunidade eleita para os Colegiados tem atuado de forma amadorista e desinteressada das discussões dos assuntos correntes, mostrando que ainda não adquiriu consciência do importante papel dos Órgãos Colegiados nos destinos e no projeto democrático da Unesp, outra parte não tem o menor interesse que seus privilégios, muitos deles estabelecidos há longa data, sejam postos sob questionamento ou sequer sejam completamente retirados.

Cristalizam-se as desigualdades, naturalizadas por uma espécie de direito divino, com o fundamento na regra de que quem está mais próximo do reitor e tem maior poder de pressão, deve receber mais. Esta filosofia produz desdobramentos que alcançam a relação dos diretores de Unidades, eleitos pelo voto direto, com suas respectivas Congregações, e dos diretores entre si, através do uso e abuso por muitos deles de organizações extra-oficiais que adquirem o imenso poder de manipulação de pautas inteiras do Conselho Universitário, muitas vezes com a participação no mínimo anti-ética do próprio reitor da Universidade e presidente nato deste Conselho.

Um retrato exemplar deste estado de coisas é a afirmação, feita com assustadora naturalidade, recentemente, por alguns diretores de Unidade, de que transgrediram a vontade de suas Congregações respaldados em uma deliberação que acordaram entre si mesmos, em uma reunião de um destes espúrios organismos, o Fórum dos Diretores da Unesp!

De fato, quando a era "Trindade" se instalou dentro da Universidade, trouxe consigo a arrogância do despotismo, pois em um único ato o reitor suspendeu o plano de obras em curso na Unesp, até

... continua

então aprovado pelos Órgãos Colegiados; fez "aprovar" em um Conselho Universitário cercado pela polícia e, portanto, alheio ao clamor da comunidade, após uma longa barganha com os diretores, a expansão de vagas e a criação das Unidades Diferenciadas.

Trata-se da profissionalização do fisiologismo e da arbitrariedade instituídos como instrumentos de administração, tudo isso sob o olhar complacente de parte da comunidade. Esta, estarrecida, ou fingia que não era com ela, pois afinal de contas, tratava-se de um problema lá das Unidades Diferenciadas, ou fazia de conta que não existia problema algum, tudo não passando, é claro, de radicalismo dos sindicatos.

Na mesma medida em que os acordos políticos com o governo do Estado e com as prefeituras locais, emitidos como penhor do projeto da expansão de vagas por meio das Unidades Diferenciadas, faziam água, a Unesp utilizava parte das verbas extra-cota para pagamento de pessoal, caracterizando, destarte, malversação de recursos públicos.

Por outro lado, como não se pode atender a todos os interesses ao mesmo tempo, as denúncias logo começariam a chegar de todos os lados. Aliadas à aparente manipulação pela administração da Unesp dos orçamentos de 2003 e de 2004, que se apresentam diferentes a cada nova planilha, ao desastroso comprometimento com o pagamento da dívida com o IPESP (não previsto no orçamento para 2004), colocaram-se como questões intransponíveis e de má administração financeira.

Todas essas questões foram utilizadas como justificativas para apresentar um índice de reposição salarial muito pequeno na mesa de negociação, demonstrando uma política irresponsável e intransigente, pois utilizam o aviltamento das condições de trabalho e de sobrevivência dos trabalhadores das três Universidades Estaduais, para o financiamento das respectivas Universidades. Instaurou-se na Unesp uma enorme crise de governabilidade e de credibilidade, como já vinham denunciando as entidades sindicais e estudantis.

Ficou uma Universidade inteira à mercê de um reitor que, quando afastado ou doente, deixa-a aos cuidados de um substituto ética e juridicamente ilegal, enquanto que, ao mesmo tempo, o vice-reitor eleito pela comunidade não tem força política para assumir o cargo de reitor, como seria de se esperar de qualquer processo legítima e democraticamente constituído.

Pois bem, a Universidade claramente perdeu o seu rumo e a comunidade tentou, através da auto-convocação do Conselho Universitário, retomar em suas mãos a discussão ampla, profunda e democrática sobre os seus próprios destinos. Esse é o momento no qual se encontra a luta política que está apenas começando, onde se espera a intensa participação de todos na perspectiva de mudar o final da história. A universidade pública é um patrimônio da sociedade brasileira e assim deve continuar sendo

** Maria Valéria Barbosa* ***é docente do campus de Marília e presidente da AD local.*** *Emanuel Rocha Woiski****, docente do campus de Ilha Solteira, foi presidente da Adunesp na gestão 94/96.***

Chapa "Democracia e Luta" completa um ano à frente da Adunesp

** Por Milton Vieira do Prado Júnior*

Quando a atual diretoria completa um ano de mandato, o nome escolhido para a chapa que tomou posse no dia 31 de julho de 2003 sugere alguns trocadilhos. A luta pela democracia na Unesp nunca foi tão necessária quanto agora, e os docentes da chapa "Democracia e Luta" a estão encarando de frente.

A meta lançada está sendo buscada com muita luta, participação e democracia. Já realizamos muitas ações neste ano, mas a principal delas foi manter e ampliar a atuação da Adunesp e, com isso, tornar nosso sindicato ainda mais forte, reconhecido, referência para os docentes da Unesp e junto aos outros sindicatos em níveis municipal, estadual e federal.

Vamos relembrar algumas destas ações: a organização e a realização do Congresso da Adunesp; a luta e a resistência à Reforma da Previdência; a eleição dos órgãos colegiados; a continuidade da luta em relação ao projeto de expansão irresponsável da reitoria; a busca constante pela transparência das contas da nossa Universidade; ações judiciais contra o desconto dos 5% previdenciários e para a possibilidade de transformar a Licença Prêmio em pecúnia; a coordenação do Fórum das Seis; a participação no Congresso do Andes; e, finalmente; a luta na data-base 2004, que nos levou à greve mais longa da história da Unesp, em busca do reajuste salarial e mais recursos para a universidade junto à Assembléia Legislativa.

Ufa! Muitas reuniões, plenárias, discussões, telefonemas, ações, atos, passeatas, debates, palestras, greve. Apesar do cansaço, podemos afirmar que o melhor foi realizado na defesa dos direitos dos trabalhadores da Universidade e pela manutenção da Unesp como uma universidade pública, gratuita, de qualidade e referendada nacionalmente.

Isto só foi possível pela unidade de ação dos diretores da Adunesp, dos diretores das subseções sindicais, dos docentes que não se furtaram à luta e de muitos colaboradores. As dificuldades surgiram já na montagem da chapa, mas não impediram que a reunião de um grupo de professores que, para alguns, são idealistas, revolucionários, malucos. Porém, para aqueles que não fugiram do seu compromisso com a Universidade, são considerados como coerentes, com disposição para a luta e que não se rendem a qualquer pressão.

Uma diretoria, eclética, com pessoas com histórias políticas e de vida que trilharam caminhos diferenciados, porém, que se uniram para manter o sindicato em sua posição histórica de luta e de resistência contra administradores, que muitas vezes, se aliam aos governantes, políticos, e esquecem de ouvir sua comunidade.

Num balanço mais profundo desse um ano de gestão, muito ainda haveria a ser dito, problemas que surgiram, ações realizadas, lutas deflagradas. O espaço seria insuficiente para tanto. Na realidade, essa edição do **Adunesp Informa** cumpre um pouco esse papel, de registrar e manter vivo na memória da nossa categoria um dos momentos mais intensos de sua história: a greve de 2004.

E, como nunca é demais dizer... a luta continua... até a vitória!"

*(**Milton Vieira do Prado Júnior**, docente do campus de Bauru, é presidente da Adunesp e coordenador do Fórum das Seis)*

O IV Congresso, em Bauru, a primeira atividade da atual diretoria

LUTA POR MAIS VERBAS

Governo sofre derrotas, mas aprova seu projeto para a LDO 2005

Tropa de choque tucana entrou em cena... dentro e fora do plenário

Conseqüente em sua luta na defesa do ensino superior público de qualidade, a comunidade acadêmica participou ativamente do processo de discussão e votação da lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO/2005). A Assembléia Legislativa de São Paulo (Alesp) ficou repleta de manifestantes da USP, Unesp, Unicamp e Centro Paula Souza nas sessões que discutiram a LDO. Sob a organização do Fórum das Seis, professores, funcionários e estudantes compareceram em peso às galerias durante as votações, percorreram gabinetes para conversar com deputados e conseguiram uma boa visibilidade na imprensa. Antes disso, aconteceram várias audiências públicas, passeatas e manifestações (*veja no box*).

Toda essa mobilização se explica pela importância da LDO, a lei que define quanto será aplicado nos diversos setores do serviço público no ano seguinte. Assim como nos anos anteriores, o governo Alckmin enviou um projeto próprio (PL 305/2004) e preparou-se para rechaçar todas as emendas oposicionistas que não o interessavam.

O Fórum das Seis apresentou algumas emendas (assinadas pelo PT, PCdoB, PMDB e PSB), propondo um aumento da cota-parte do ICMS para as universidades (dos atuais 9,57% para 11,6%), dotação de 2,1% para o Centro Paula Souza e 33% da receita tributária do estado para a educação em todos os níveis.

O impasse

No roteiro de votação apresentado pelo líder do governo, deputado Vanderlei Macris (PSDB), não constavam as emendas do Fórum. Por outro lado, bem ao estilo tucano, o roteiro continha várias propostas de renúncias fiscais, para beneficiar setores empresariais e, em conseqüência, diminuir os recursos para os serviços públicos.

Para forçar o governo a negociar, os deputados de oposição se abstiveram nas votações. No dia 7, por duas vezes, o roteiro de Macris não conseguiu obter o quórum mínimo de 48 votos para ser aprovado. O presidente da Alesp, o tucano Sidney Beraldo, deixou os bons modos de lado e

... continua

Audiência pública na Alesp, em 3 de junho: à esquerda, a tentativa da polícia de impedir a entrada dos manifestantes. À direita, o presidente da Adunesp e coordenador do Fórum, Milton Vieira do Prado Júnior, fala sobre a necessidade de mais verbas para as universidades e o Centro Paula Souza

Nos dias de discussão e votação, presença de vários *campi* da Unesp

dirigiu um gesto obsceno aos manifestantes.

A votação

Depois de várias tentativas de votação, o governo finalmente conseguiu aprovar o PL 305/2004, sem nenhuma emenda. A votação teve 49 votos a favor e 34 contrários.

A votação final, no dia 13 de julho, despertou a indignação dos manifestantes, que lotavam a galeria. Inconformados, muitos estudantes romperam o cerco policial e entraram no plenário, onde estavam deputados e assessores, dando início a um confronto. Um dos manifestantes conseguiu chegar à tribuna e gritou palavras de ordem por alguns minutos, até que fosse retirado por PM's.

O que se seguiu foi mais uma mostra da democracia tucana. Um grande número de PM's, que haviam se deslocado para a Alesp a mando do governador, entrou em cena. Após esvaziar a galeria e a entrada da Assembléia, eles começaram a perseguir estudantes pelos corredores, inclusive usando spray de pimenta e a força. Vários estudantes foram detidos, mas acabaram libertados após intervenção de professores e funcionários, além de deputados da oposição.

E assim, ao melhor estilo tucano, o governo Alckmin conseguiu aprovar uma LDO que privilegia os grandes grupos capitalistas e deixa em segundo plano os interesses da maioria da população.

Discurso mentiroso

Para a deputada Maria Lúcia Prandi (PT), o argumento usado pelo governo Alckmin para se contrapor ao aumento de verbas para as universidades e o Centro Paula Souza não se sustenta. "Há recursos, se forem devidamente aplicados", disse ela. Maria Lúcia elogiou a "demonstração de unidade e organização" do Fórum das Seis e disse que é preciso continuar a luta, pois o aumento de verbas é uma das condições indispensáveis para que as universidades e o Centro Paula Souza tenham uma "expansão responsável".

A valorosa participação dos estudantes

Desde que começaram as discussões sobre a LDO, os estudantes foram presença constante. Vindos do interior e da capital, eles deram um exemplo de garra e disposição de luta. Do lado de fora da Assembléia, um grupo de estudantes da FATEC/SP montou um acampamento, que logo foi engrossado com alunos da Unesp, USP e Unicamp.

Ao negar o aumento de verbas para as universidades estaduais paulistas, o governo esconde o fato de que

50%

de toda a pesquisa nacional é realizada na Unesp, USP e Unicamp.

A vergonhosa omissão dos reitores

Subservientes ao governo Alckmin e ao seu projeto de desmantelamento das universidades públicas, os reitores omitiram-se completamente na luta por mais verbas. Vários deputados afirmaram que os reitores não indicaram, em momento algum, a necessidade de aumento de recursos para as universidades públicas. E, como se isso não bastasse, ainda tiveram o cinismo de criticar a ação da comunidade acadêmica.

Apenas

1,8% dos jovens entre 18 e 24 anos

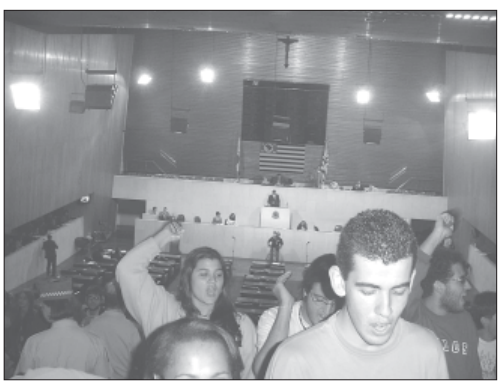
do estado de São Paulo freqüentam universidades públicas.

Mobilização continua na LO

No segundo semestre, acontece a votação da Lei Orçamentária (LO) para 2005. A LO, que deverá ser votada em novembro, traduzirá em números concretos tudo o que foi aprovado na LDO. Nesta etapa, ainda é possível remanejar recursos de um setor para outro. Por isso, o Fórum das Seis vai manter a mobilização durante as discussões e votações da LO. A comissão de professores e funcionários, criada pelo Fórum para atuar sistematicamente junto aos deputados, deverá continuar funcionando. Fique atento às informações e participe!

Audiência com Tarso Genro no dia 11/8

O Fórum das Seis está preparando a participação numa audiência pública marcada para o dia 11 de agosto, 14h30, no plenário Franco Montoro, da Assembléia Legislativa, com a presença do ministro da Educação, Tarso Genro. O tema é "Acesso à educação superior pública". O ministro também deverá estar em SP no dia 17, para uma audiência sobre a reforma universitária (*veja na página 24*).



Manifestantes viram-se de costas para os deputados: protesto contra o descaso com a educação

Reitores se omitem diante da inconstitucionalidade do desconto da habitação. Universidades perdem mais de 1,5% do ICMS

Em 17 de setembro de 2002, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou como inconstitucional o fato de que o aumento da alíquota de ICMS (de 1%, conforme os artigos 3º a 9º da lei 6.556 de 30/11/89) venha sendo destinado à habitação. Para os juízes, esse aumento da alíquota corresponde, na realidade, a um imposto com destinação específica, ao contrário do que diz o governo do Estado.

Embora os municípios venham recebendo os 25% que lhes cabem desse total, o mesmo não está ocorrendo com as universidades. O governo Alckmin retém a parte do estado antes de calcular o repasse de 9,57% para a Unesp, USP e Unicamp. A estimativa, de acordo com as planilhas do próprio Cruesp, é que o prejuízo seja de R$ 487,8 milhões em 2004, ou seja, uma perda global equivalente a 1,57% do ICMS. Se esta irregularidade fosse corrigida, teríamos um repasse de mais de 11% do ICMS, índice que ficaria muito próximo da histórica reivindicação do Fórum das Seis (11,6%). É óbvio, também, que a incorporação deste montante reduziria sensivelmente o comprometimento do orçamento das três universidades com salários.

O Fórum das Seis está estudando as providências cabíveis para fazer valer a deliberação do STF em relação às universidades. Ficam duas perguntas aos reitores: 1) O que fizeram até o momento para reaver esses recursos? 2) O que farão a partir de agora?

As atividades organizadas pelo Fórum das Seis na Alesp
(Onde estavam os reitores?)

1º de junho - Acontece a primeira audiência pública na Assembléia Legislativa.

3 de junho - Uma passeata com cerca de 4 mil pessoas, percorre a avenida Paulista (após concentração no MASP), rumo à Assembléia Legislativa. Lá, acontece nova audiência na Comissão de Educação.

16 de junho - Nova passeata sai do MASP, também com quatro mil pessoas, rumo à Assembléia Legislativa.

18 de junho - Uma comissão do Fórum é recebida pelo governador Alckmin, em Marília.

22 de junho - Audiência pública na Alesp.

23 de junho - Uma audiência na Alesp reúne a liderança do PT e representantes das secretarias de Planejamento e de Finanças do governo.

25 de junho - Uma passeata de cerca de 4 mil pessoas (em conjunto com outras categorias do funcionalismo) chega ao Palácio dos Bandeirantes. Uma comissão é recebida pelo secretário-adjunto da Casa Civil, Floriano Pesaro.

29 de junho – O Fórum das Seis reúne-se com deputados na Assembléia Legislativa.

30 de junho - Nova audiência pública na Alesp.

1º de julho - O Fórum é recebido em audiência na Secretaria de Ciência e Tecnologia, pelo secretário Meirelles.

6 de julho - O Fórum organiza manifestações na Alesp, visando o começo das votações da LDO.

7 de julho - Novas manifestações na Alesp.

13 de julho - Manifestações durante a votação final da LDO.

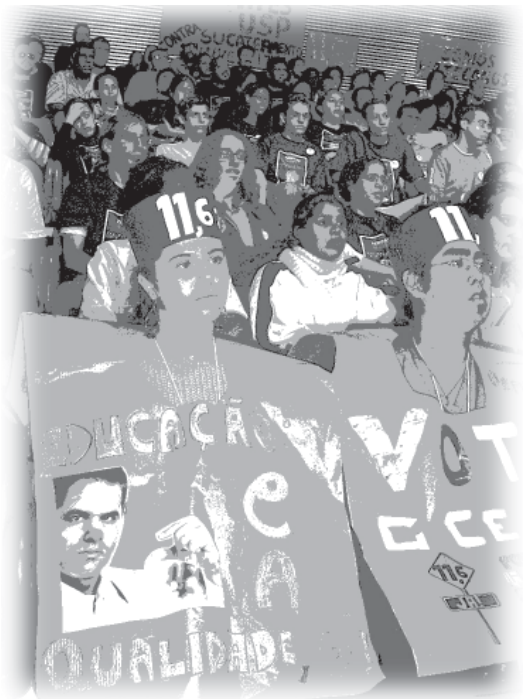
Os estudantes foram presença maciça e diária durante as discussões e votação da LDO. Do lado de fora, eles organizaram um acampamento, para chamar a atenção da sociedade para o que se desenrolava na "casa do povo".

ARTIGO

A LDO e a independência dos poderes

*Por César Augusto Minto e Lighia Brigitta Horodynski-Matsushigue **

A sociedade paulista, mais uma vez, poderá sofrer as conseqüências de uma Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) mal discutida, que deixa de contemplar justas reivindicações populares, entre elas a de ampliar os recursos para a educação e, em especial, para as universidades estaduais paulistas e para o Centro Estadual de Ensino Tecnológico Paula Souza (Ceeteps). O processo de elaboração da LDO para 2005 — aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) no dia 13 de julho — revela aspectos muito preocupantes, que se referem ao funcionamento desta Casa. Destacam-se aqui apenas três, a título de início de debate.



O primeiro aspecto diz respeito à "blindagem" ao Projeto de LDO (PL nº 305/2004) apresentado pelo Executivo, tornando-o totalmente impenetrável a quaisquer propostas alternativas (de substitutivos, emendas ou subemendas) feitas por deputados. Um dos instrumentos dessa "blindagem" tem sido a postura do relator na Comissão de Finanças e Orçamento, que toma como referência apenas sua "fidelidade ao governo", segundo declarações do próprio deputado.

Há uma predominância do Executivo sobre o Legislativo, com flagrante desrespeito à independência constitucional destes poderes

O segundo aspecto refere-se à completa subserviência da base governista, hoje constituída por cerca de 2/3 dos 94 deputados, que não se mostra disposta a discutir o projeto do Executivo e, muito menos, a emendá-lo. As poucas audiências públicas cumprem apenas um ritual pseudodemocrático, pois sequer permitem o conhecimento prévio do parecer do relator, quanto mais a discussão fundamentada de seu conteúdo, resultando dessa fase de tramitação tão somente o PL "blindado", com acréscimo de poucas emendas consentidas pelo Executivo. Assim, mais de 2.000 emendas — dentre elas as 13 propostas por deputados de diferentes partidos (PCdoB, PFL, PMDB, PPS e PT), que proviam recursos para as universidades e o Ceeteps — foram sumariamente descartadas.

O terceiro aspecto diz respeito diretamente à sistemática de funcionamento da Alesp, que tem sido impermeável à participação dos cidadãos, apesar de estes serem agraciados, na entrada, com um sugestivo adesivo: "Cidadão, esta casa é sua". Mas, de fato, a participação é praticamente impedida, mesmo para os setores organizados da sociedade, dados os entraves ocasionados pelo regimento da Casa (imposição política do roteiro de votação, que aniquila qualquer alternativa para o plenário; sistemática não transparente de votação etc.), a restrição de acesso aos deputados (barreiras interpostas por assessores e ou recepcionistas e a pequena disponibilidade efetiva), as dificuldades de ingresso (como a revista policial propositalmente meticulosa e a limitação numérica descabida), entre outros empecilhos.

Tais aspectos causam indignação, pois depreende-se que está havendo uma predominância do Executivo sobre o Legislativo, com flagrante desrespeito à independência constitucional destes poderes (prevista no Art. 2º da CF/1988 e no Art. 5º da CESP/1989), o que configura uma crise republicana, que precisa ser solucionada.

No que se refere à destinação de recursos para as universidades estaduais, que antes do Decreto nº 29.598/1989 (governo Quércia) era da ordem de 11% a 12% do ICMS, hoje corresponde a 9,57% deste mesmo imposto e tem sido insuficiente para manter as tarefas essenciais de ensino, pesquisa e extensão de conhecimentos à sociedade dessas instituições, menos ainda para realizar a expansão necessária, com a qualidade que as caracterizou historicamente. Por outro lado, a destinação de recursos ao Ceeteps tem ficado à mercê dos governos de plantão, daí o pleito de vincular 2,1% do ICMS para sua manutenção, revertendo, assim, a deterioração a que as Fatec's e as Escolas Técnicas têm sido submetidas por uma expansão pouco responsável.

Considerados os aspectos anteriormente mencionados, ainda que se questione a atitude dos estudantes — a invasão do plenário JK da Alesp — não é lícito ignorar que o fato de terem presenciado a tramitação da LDO causou-lhes tamanha indignação que, naquele momento, tal protesto pareceu-lhes inevitável. E só assim a imprensa noticiou a LDO estadual, fato de grande interesse da sociedade paulista

César Augusto Minto *é professor da Faculdade de Educação e vice-presidente da Associação dos Docentes da USP.* ***Lighia Brigitta Horodynski-Matsushigue*** *é professora do Instituto de Física da USP.*

Decreto 48.034/03, o "golpe do Geraldo"

Em todas as atividades realizadas na Assembléia Legislativa, durante as discussões da LDO/2005, o Fórum das Seis denunciou veementemente o que vem sendo chamado de o "golpe do Geraldo". Trata-se do Decreto nº 48.034/03, de agosto do ano passado, que isenta do ICMS as compras feitas pelo próprio governo estadual, o que faz cair a arrecadação desse imposto. Com isso, reduz-se a base de cálculo dos repasses de recursos para a educação (todos os níveis) e os municípios. As três universidades são diretamente atingidas. Também foi denunciada a isenção fiscal concedida pelo governo Alckmin às grandes empresas (renúncia fiscal), bem como os escandalosos níveis de sonegação fiscal existentes no Estado.

Durante a greve, o "golpe do Geraldo" foi denunciado junto a prefeituras e câmaras municipais de várias cidades do interior onde há unidades da Unesp, USP ou Unicamp. Em muitas delas, prefeitos e vereadores não tinham conhecimento do fato. Com isso, teve início um movimento, impulsionado pelo Fórum das Seis, que deve se estender além da greve, para forçar o governo estadual a rever o decreto.

Alckmin nega dotação para o Centro Paula Souza, mas inclui nova expansão de ETE's e FATEC's na LDO

Apesar de não aprovar uma dotação orçamentária específica para o Centro Paula Souza (a reivindicação do Fórum das Seis é de 2,1% do ICMS), o governador Geraldo Alckmin incluiu na LDO uma previsão de criação de novas ETE's e FATEC's em 2005. De olho nas eleições, ele quer expandir em 22% o ensino tecnológico e em 17% o ensino técnico.

Como os recursos repassados ao Centro vêm diminuindo ano a ano (*como denuncia o Sindicato dos Trabalhadores do Centro, o Sinteps*), já dá para prever que estas novas unidades funcionariam nos mesmos moldes daquelas que foram criadas a partir de 2000 (FATEC's Zona Leste, Jundiaí, Praia Grande, Mauá, Garça, Botucatu, Mococa e São José do Rio Preto; ETE's Zona Leste, Guaianazes, São Roque, Santa Bárbara do Oeste e Birigui). Nestas, os recursos investidos são irrisórios, os professores vêm sendo contratados por tempo determinado e os poucos funcionários são remanejados de outras unidades. Qualquer semelhança com os novos cursos e unidades diferenciadas da Unesp, aliás, não é mera coincidência.

REFORMA UNIVERSITÁRIA

Por trás do discurso democrático, um plano de salvação das empresas de educação

Usando números incontestáveis, que mostram um regime de exclusão da juventude pobre em relação ao ensino superior, o governo propõe destinar mais recursos às universidades particulares

Termo carrega história de luta

O termo "reforma universitária" tem um peso especial para o movimento estudantil e da esquerda no Brasil. Nos anos 60, esse foi o nome dado às lutas da juventude, a exemplo do que acontecia em outros países (na França, por exemplo), que pediam a democratização da universidade pública, ampliação do acesso e a mudança do seu perfil (voltado para o desenvolvimento de um projeto de desenvolvimento nacional).

Passados mais de 30 anos, o governo Lula apropria-se indevidamente do termo, propondo um conjunto de medidas exigidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), como a progressiva privatização das universidades públicas (legalização das fundações, por exemplo), o fortalecimento da rede privada, o corte de recursos para a pesquisa etc.

Desde que tomou posse, um dos assuntos mais enfatizados pelo governo Lula é a necessidade de uma "reforma universitária" no país. O termo, como mostra *box* ao lado, é uma apropriação indébita de um período de luta do movimento estudantil brasileiro. A "reforma" a *la* Lula, no entanto, está muito longe de qualquer viés progressista. Ela segue a mesma lógica da política econômica do governo: favorecimento à iniciativa privada, asfixia do setor público. Em 2003, o superávit fiscal (tudo o que o governo "economiza" para repassar aos bancos) acertado com o FMI foi de 4,25% do PIB, ou seja, R$ 68 bilhões, isso sem falar nos R$ 145,2 bilhões pagos em forma de juros da dívida pública.

No final do ano passado, o governo criou o Grupo Interministerial (GI) para definir propostas para a reforma universitária. O grupo fez uma série de levantamentos, mostrando uma situação de terra arrasada na educação superior pública. Um dos documentos diz, por exemplo, que apenas 30% dos jovens universitários estão em escolas públicas. Do total de jovens brasileiros (entre 18 e 24 anos), somente 9% freqüentam cursos superiores, contra 27% no Chile, 39% na Argentina, 62% no Canadá e 80% nos Estados Unidos. A meta do governo, segundo o GI, deveria ser a de colocar um terço da juventude no ensino superior até 2010.

Bem... e o que propõe o governo para alcançar essa meta? Mais vagas gratuitas? Mais verbas para as universidades públicas? Não, nada disso!

Entre as propostas já divulgadas, as que mais chamam a atenção dizem respeito à criação do Projeto Universidade para Todos e à regulamentação das fundações de "apoio".

Recursos "para todos"

O estudo feito pelo GI mostra que 70% das vagas superiores oferecidas no país estão nas escolas particulares. No entanto, fruto da crise, cerca de 30% deste total estão ociosos. Ou seja, prejuízo para os tubarões do ensino pago. A solução oferecida pelo governo Lula atende pelo nome de "Universidade para todos". Em resumo, propõe a compra de 10% das vagas das universidades privadas (cerca de 100 mil vagas de imediato e 400 mil até 2006). Em troca das vagas, as escolas teriam renúncia fiscal, ou seja, isenção de impostos. Para um grande número delas, que se apresentam sob o disfarce de filantrópicas, a medida permitiria a saída da ilegalidade.

Legalização das fundações

Um dos aspectos centrais das propostas divulgadas pelo governo Lula, até o momento, diz respeito às chamadas "fundações de apoio". A partir da constatação de que os recursos destinados às universidades públicas são insuficientes, o governo propõe a regulamentação destas fundações. "Hoje, não é possível prescindir das fundações, que têm um papel a cumprir no funcionamento autônomo das universidades federais", diz o GI.

Verdadeiros organismos privados funcionando dentro das universidades, em geral elas se apropriam do prestígio e do nome da instituição para vender cursos pagos e estabelecer convênios com a iniciativa privada. Com isso, direcionam para os interesses imediatos do mercado uma parcela significativa dos recursos materiais e intelectuais da universidade.

Segundo o Andes, atualmente há 234 fundações atuando nas universidades federais, sem que isso tenha melhorado a situação de penúria daquelas instituições. Nas estaduais, a situação não é diferente. Na USP, por exemplo, segundo levantamento da Associação de Docentes, há 33 fundações atuando. No ano passado, elas faturaram cerca de R$ 200 milhões, mas repassaram apenas 2,9% deste total à USP (cerca de R$ 5,8 milhões).

Entidades convocam manifestação para 17 de agosto

Está prevista para 17 de agosto, em São Paulo, uma audiência pública com o ministro da Educação, Tarso Genro, sobre a reforma universitária. O Fórum das Seis e outras entidades ligadas à educação estão organizando uma grande manifestação neste dia. Fique atento!

www.adunesp.org.br

Acessos à página da Adunesp bateram recordes durante a greve

Durante a greve, o acesso à página da Adunesp na Internet (*www.adunesp.org.br*) bateram seguidos recordes. Em julho, foram 38.475; em junho, 24.362. O *site* do Sindicato, bem feito e ágil na divulgação das informações, transformou-se num importante instrumento de luta para a categoria e numa boa fonte para a imprensa. De setembro/2003 até hoje (4/8/2004), a página foi acessada 125.848 vezes.